

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A IMPLEMENTAÇÃO DOS FÓRUMS DE EJA EM MATO GROSSO

**Jefferson Bento de Moura
Marcia dos Santos Ferreira**

Este trabalho tem por objetivo compreender o processo de criação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso, a partir da análise de sua implementação durante a década de 1990. A década de 90 foi escolhida como recorte temporal pelo fato de ter sido o período em que havia necessidade de reunir as lideranças de EJA para pensar encaminhamentos a serem levados para V CONFITEA. Esta mobilização fez com que surgisse a necessidade de criar espaços de articulação entre os diferentes segmentos que atuam na modalidade. Os dados parciais do estudo da constituição do Fórum em Mato Grosso permitiram estabelecer a trajetória desse movimento e o seu papel na definição da política pública para o setor, bem como a sua participação na busca da melhoria da prática dos professores, ao oportunizar espaços para intercâmbio de experiências, com o intuito de fortalecer a oferta nesse estado.

Palavras-chave: Educação Popular. Fóruns de EJA. Mato Grosso

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se constitui em uma luta para o acesso ao conhecimento formal e informal em uma educação escolar pautada na emancipação do sujeito. De acordo com Chilante e Noma (2009, p. 229) a “EJA é tratada como uma dívida social a ser reparada, devendo, portanto, assumir a tarefa de estender a todos o acesso e o domínio da escrita e da leitura como bens sociais, seja na escola, seja fora dela”.

A história da EJA é marcada pela luta dos movimentos sociais em prol ao direito à educação, direito este que fora negado por muitos anos aos sujeitos desta modalidade. Com a garantia deste direito pela constituição de 1988, os anos iniciais da década de 1990 foram marcados por intensas mobilizações da sociedade civil para o fortalecimento da modalidade. No citado período “efetivou-se sobretudo por meio de cursos aligeirados ou exames de suplência conformados com a questão da qualidade e eficiência, que passaram a ser entendidas como a apresentação de dados estatísticos com altos índices de conclusão” (CHILANTE e NOMA, 2009, p. 234).

Para efetivação de espaços de debates sobre a EJA foram organizados fóruns em todo o país. O movimento dos Fóruns de EJA no Brasil, conforme explica Duarte (2013, p. 3),

nasce a partir da “[...] preparação da V Conferência Internacional de Educação de Adultos – V CONFINTEA. Surge marcado por dois princípios básicos. O primeiro é o da educação como direito de todos, que se encontra assegurado no art. 205, da Constituição de 1988”. Após a V CONFINTEA outro princípio passa a ser defendido, o do direito à educação ao longo da vida. Sobre a CONFINTEA, a mesma autora esclarece que, desde 1949, essa conferência vem sendo realizadas em vários países, sendo a de 1949 em Elsinore (Dinamarca), 1960 em Montreal (Canadá), 1972 em Tóquio (Japão), 1985 em Paris (França), 1997 em Hamburgo (Alemanha). O Brasil sediou a CONFINTEA somente no ano de 2009, em Belém (Brasil).

Atualmente, existem no Brasil vinte e seis fóruns estaduais e um fórum distrital de EJA. O fórum de Mato Grosso foi criado em 2001, a partir de encontros regionais e da aprovação do Programa de Educação de Jovens e Adultos do estado. O objetivo deste estudo é compreender o processo de criação do Fórum Permanente de Debates em Educação de Jovens e Adultos no Estado de Mato Grosso, tendo por base a análise de seu percurso de implementação e quais suas implicações na definição de políticas públicas educacionais para a modalidade durante a década de 1990, até o ano de 2001.

O recorte temporal dos anos de 1990 foi escolhido pelo fato de ter sido o período em que havia necessidade de reunir as lideranças de EJA para pensar encaminhamentos a serem levados para V CONFITEA, que aconteceria em Hamburgo no ano de 1997. Esta mobilização fez com que surgisse a necessidade de criar espaços de articulação entre os diferentes segmentos que atuam na modalidade.

A efervescência política e social dos anos de 1990 e, mais especificamente, a mobilização de lideranças de EJA nesse período, propiciaram um importante espaço de interlocução, permitindo aos sujeitos dessa mobilidade uma maior participação nas discussões em relação ao direito à educação de jovens e adultos.

Acredita-se que o estudo da constituição do Fórum EJA em Mato Grosso poderá estabelecer a trajetória desse movimento e o seu papel na definição da política pública da educação de EJA, bem como a participação na busca da melhoria da prática dos professores, ao oportunizar espaços para intercâmbio de experiências, com o intuito de fortalecer a oferta no estado.

1 Fórum de Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Historicamente, a relação dos movimentos sociais com a educação tem um elemento de união, que é a questão da cidadania. Cumpre esclarecer esta categoria, permeada por várias abordagens, tanto do ponto de vista teórico-metodológico como das visões do processo de mudança e transformação da sociedade (GOHN, 2009).

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é marcada pela luta dos movimentos sociais em prol ao direito à educação, direito este que fora negado por muitos anos aos sujeitos desta modalidade. Conforme Paiva (2005), somente a “Constituição Federal de 1988 que fecha o círculo com relação ao direito da obrigatoriedade escolar”.

O Parecer nº 11 do Conselho Nacional de Educação, elaborado por Jamil Cury, aponta que é no processo de redemocratização dos anos 1980 que a Constituição efetivou um passo significativo em direção a uma nova concepção da educação de jovens e de adultos. Para efetivação de tal prerrogativa, foi significativa a presença de segmentos sociais identificados com a EJA, no sentido de recuperar e ampliar a noção de direito ao ensino fundamental extensivo aos adultos, já posta na Constituição de 1934 (BRASIL, 2000, p. 21).

Os movimentos sociais podem ser compreendidos não apenas como legado de luta, da reivindicação, mas como princípio educativo diante da dinâmica relação entre os seus sujeitos. Como nos ensina Arroyo (1999, p.17):

[...] o que vocês estão fazendo em suas escolas, nos assentamentos, na educação de adultos, na educação indígena, faz parte de um movimento da renovação pedagógica de raízes populares e democráticas como nunca houve neste país. [...] acreditamos que o próprio movimento social e educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que desde as crianças aos adultos novos seres humanos vão se constituindo.

Nesse sentido, os movimentos sociais não podem ser chamados apenas como um mecanismo de mobilização, mas sim de interação, de fomentação do debate, socializando as concepções de educação e contribuindo nas decisões e encaminhamentos. Sobre os movimentos sociais e a educação, Gohn (2011) esclarece que não só o espaço escolar promove saberes, mas há diferentes espaços que possibilitam o aprendizado e apreensão de conhecimentos, que a autora denomina como educação não formal. A mesma autora acrescenta que:

Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais

geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos (GOHN, 2011, p. 333).

Sobre os movimentos sociais, uma das características marcantes sobre essa mobilização social é que as mesmas são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Dessa forma, conforme Gohn (2011, p. 333-334):

Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo.

Assim, a relação movimento social e educação, de acordo com Gohn (2011, p. 334) é estabelecida “a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações”. Esta relação foi se construindo ao longo do tempo, como ressalta Gohn (2011, p. 334):

A relação movimento social e educação foi construída a partir da atuação de novos atores que entravam em cena, sujeitos de novas ações coletivas que extrapolavam o âmbito da fábrica ou os locais de trabalho, atuando como moradores das periferias da cidade, demandando ao poder público o atendimento de suas necessidades para sobreviver no mundo urbano. Os movimentos tiveram papel educativo para os sujeitos que o compunham.

Nessa perspectiva, acredita-se que os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos sejam espaços promotores de saberes. A história do surgimento e da difusão dos Fóruns de EJA no país toma corpo a partir de 1996, que foi o ano preparatório para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA).

Conforme Feitosa (2012), as Conferências Internacionais de Educação de Adultos foram importantes espaços de discussões e encaminhamentos de recomendações, pareceres e procedimentos para EJA, contribuindo significativamente para o fortalecimento desta modalidade. As CONFITEAS têm, em geral, um caráter mais político e comprometimento nacional com os seguintes fatos (BRASIL, 2009, p. 10):

- a) O ainda insuficiente nível de oportunidades e de condições oferecidos a jovens e adultos dos setores populares para garantir seu direito à educação básica
- b) A persistência de desigualdades sócio-étnico-raciais, de gênero, do campo, das periferias urbanas, entre outros, no processo histórico-estrutural na sociedade;
- c) A precariedade e vulnerabilidade dos direitos humanos básicos, o que condiciona o direito à educação de jovens e adultos populares;
- d) O avanço da consciência dos direitos humanos básicos e especificamente do direito à educação, assim como as pressões pela igualdade do direito à cidadania em nossa sociedade;
- e) As crescentes pressões de coletivos populares e da diversidade de movimentos sociais para que políticas públicas atendam a especificidade de comunidades indígenas, quilombolas, negras, do campo, de periferias urbanas, de idosos e de pessoas privadas de liberdade que lutam por direitos coletivos e por políticas diferenciadas que revertam a negação histórica de seus direitos como coletivos;
- f) Os avanços que vêm acontecendo nas políticas públicas socioeducativas, de qualificação, de geração de emprego e renda etc. articuladas especificamente para a juventude e vida adulta populares, inaugurando formas compartilhadas de gestão colegiada, notadamente com a participação dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos em instâncias de representação nacional e na CNAEJA;
- g) Os avanços havidos nas políticas de financiamento da educação básica e particularmente da educação de jovens e adultos.

Em resposta a convocação da UNESCO, o poder público federal no ano de 1996 instaurou uma metodologia de trabalho envolvendo representantes do setor público da educação, universidades, organizações não governamentais, sistema S e outros com o objetivo de elaborar um documento que retratasse a realidade da EJA naquele contexto histórico. Para tanto, foram realizados vários encontros estaduais, três regionais e um Seminário Nacional, em Natal.

Durante a realização do Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, em Natal, RN, entre 8 e 10/09/1996, foram apresentados elementos para um diagnóstico da EJA no Brasil. O diagnóstico foi aprovado pelos delegados reunidos no plenário do seminário e resultou da consolidação dos relatórios dos encontros preparatórios realizados nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste, Norte e Centro Oeste. O diagnóstico da EJA revela vários desafios, dentre os quais se destaca:

- O Brasil apresentava um quadro com 19.233.239 de analfabetos absolutos, 20% da população total com 15 anos ou mais, que totalizava 95.837.043 de habitantes.
- Falta de dados atualizados e consistentes sobre a demanda e a oferta de EJA

- A equivocada política de marginalização dos serviços de EJA e a prioridade à educação das crianças e adolescentes têm conduzido a um lugar secundário no interior das políticas educacionais.

- Ausência de políticas públicas mais efetivas de médio e longo prazo, conduzindo à fragmentação dispersão e descontinuidade dos programas de EJA (BRASÍLIA, 2004).

Paiva, Machado e Ireland (2004, p. 12) entendem que “a chegada de representantes em Natal era fruto de uma mobilização parceira do Estado e da sociedade civil que resultou em um movimento até hoje presente no país – o surgimento de Fóruns de EJA”.

O primeiro Fórum de EJA foi criado no estado do Rio Janeiro no ano de 1996, em meio à série de encontros preparatórios que antecederam a V CONFINTEA, ocorrida em Hamburgo (Alemanha) em 1997. Paiva (2004, p.12), “ao recordar as mobilizações do período, conclui que a experiência mais rica, todavia, na tessitura dessa teia, tem sido vivida nos movimentos internos do Brasil, de 1996 para cá, com a constituição de Fóruns de EJA”.

A experiência do Fórum do Rio de Janeiro fez surgir muitas outras. Por intermediação, essencialmente, de seus representantes, o crescimento dos demais fóruns contou com a organização e articulação de pessoas atuantes em instituições envolvidas com essa modalidade educacional em cada estado. Para Di Pierro (2005), estes fóruns iniciaram uma mobilização social que pretendia estabelecer resistência a negação do direito à educação conquistada na Carta Constitucional de 1988.

A experiência do Fórum do Rio de Janeiro fez com que houvesse mobilização em outros Estados brasileiros a fim de implementarem estes encontros. No ano de 1998 foi a vez de Minas Gerais, Paraíba e Espírito Santo constituírem seus Fóruns. Impulsionado por esses movimentos no ano de 1999 foi criado o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA. Conforme Paiva, Machado e Ireland (2004, p. 12).

A energia solidária que se instaurou entre os Fóruns possibilitou a organização anual de encontros nacionais que, desde 1999, vêm acontecendo e que, em 2004, efetiva a sexta edição. Os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs) mantêm a preocupação com o registro das reflexões produzidas nesses eventos, além de um trabalho cuidadoso de síntese dessas reflexões, sistematizadas em relatório final, em cada encontro. Construídos a muitas mãos, publicá-los é também reconhecer o importante trabalho de cada equipe de relatoria, como guardiã do pensamento contemporâneo da EJA.

O ENEJA é um espaço a mais em que se exercita a convivência com as diferenças e com modos de pensar a EJA. É um espaço para “criar instrumentos de pressão política, que influenciem nas políticas públicas da educação de jovens e adultos nos âmbitos municipal, estadual e federal” (ENEJA. II, 2000, p. 03). Desde o primeiro, em 1999, foram realizados 13 encontros, conforme indicado abaixo:

ENCONTROS	LOCAL	DATA/MÊS	ANO
I ENEJA	Rio de Janeiro/RJ	08 a 10 de setembro	1999
II ENEJA	Campina Grande/PB	07 a 09 de setembro	2000
III ENEJA	São Paulo/SP	05 a 06 de setembro	2001
IV ENEJA	Belo Horizonte/MG	21 a 24 de agosto	2002
V ENEJA	Cuiabá/MT	03 a 05 de setembro	2003
VI ENEJA	Porto Alegre/RS	08 a 11 de setembro	2004
VII ENEJA	Luziânia/GO	31 de agosto a 03 de setembro	2005
VIII ENEJA	Recife/PE	30 de agosto a 02 de setembro	2006
IX ENEJA	Faxinal do Céu/PR	18 a 22 de setembro	2007
X ENEJA	Rio das Ostras/RJ	27 a 30 de agosto	2008
XI ENEJA	Belém/PA	17 a 20 de setembro	2009
XII ENEJA	Salvador/BA	20 a 23 de setembro	2011
XIII ENEJA	Natal/RN	10 a 13 de setembro	2013

Quadro 01: Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos
Fonte: FPDEJA, 2014.

Atualmente os encontros adquiriram uma visibilidade nacional e, a partir de 2009, os ENEJAS começaram a ocorrer bianualmente, devido à necessidade da realização de encontros regionais, criando assim nos intervalos dos anos os EREJA (Encontros Regionais de Educação de Jovens e Adultos) e alternando com os Seminários Nacionais de Formação:

O XI ENEJA é o último encontro que é realizado no formato de encontros anuais dos Fóruns, já que, a partir de agora, os ENEJA's serão realizados a cada dois anos, e nos interstícios, já em 2010, acontecerá, em cada uma das cinco regiões do Brasil, o Encontro Regional de EJA - EREJA, cuja proposta é a de congregar, em encontros menores, os estados membros de cada região, possibilitando que eles discutam as especificidades regionais da Educação de Jovens e Adultos, tendo como ponto de partida a realidade de cada lugar e as propostas aprovadas nos encontros nacionais. (BRASIL, 2009, p. 01).

Quanto a Mato Grosso, o ENEJA foi realizado no período de 03 a 05 de setembro de 2004, no município de Cuiabá. O tema do encontro foi “Educação de Jovens e Adultos: comprometimento e continuidade”. Em Cuiabá, no período do evento foi elaborado um documento denominado “Carta de Cuiabá” tornando público a posição dos Fóruns de EJA “em relação prioridade política do atual Governo Federal dada à alfabetização de jovens e adultos no país — saber ler e escrever como cumprimento de um direito humano fundamental” (AÇÃO EDUCATIVA, s/p. 2003).

2 A implantação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso

No estado de Mato Grosso, em 2000, o Conselho Estadual de Educação normatizou a EJA, através da Resolução n.º 180. Cumprindo as disposições dessa Resolução, a Secretaria de Estado de Educação, instituiu, através da Portaria n.º 204/2000, uma Comissão Interinstitucional para elaborar um Programa de Educação de Jovens e Adultos para o Sistema Estadual de Ensino.

A Comissão Interinstitucional, composta por representantes de vários segmentos governamentais e não governamentais, estabeleceu um cronograma de ações norteadoras de todo o processo de difusão, discussão e sistematização de contribuições, para fundamentar o novo paradigma da Educação de Jovens e Adultos no estado. Sob orientação dessa comissão, foram realizados, em abril de 2001, seminários regionais, congregando representações dos municípios e unidades escolares que ofereciam essa modalidade de ensino. Os seminários regionais culminaram na realização do I Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos.

O Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos foi realizado, no período de 06 a 08 de junho de 2001, com cerca de seiscentos participantes, sendo cento e noventa delegados da Rede Estadual de Ensino, eleitos em Seminários Regionais e representantes de instituições: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT, Pastoral da Criança, Serviço Social da Indústria – SESI, Serviço Nacional do Comércio – SENAC DR/MT, Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP, Conselho Estadual de Educação – CEE/MT, Central Única dos Trabalhadores – CUT, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/MT e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. (MATO GROSSO, 2009, p. 01).-□

O Seminário contou com a participação de palestrantes de destaque no cenário nacional da Educação de Jovens e Adultos, incluiu nesse Seminário, a aprovação do Programa de Educação de Jovens e Adultos para o Estado de Mato Grosso “contendo as diretrizes e critérios de oferta da modalidade de EJA, através de cursos e exames de ensino fundamental e médio, para as escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino” (MATO GROSSO. s/p, 2001).

Foi apresentada no seminário a “Carta da Cidadania I”, elaborada pelos participantes da 2º reunião pró-fórum, grupo de militantes que buscavam “estabelecer de um diálogo entre as instituições e organismos educacionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos, para Constituição do Fórum Estadual Permanente de Debates de Educação de Jovens e Adultos” (MATO GROSSO, 2009, p. 21).

A primeira coordenação do Fórum de EJA-MT era composta por membros da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC / MT; Conselho Estadual de Educação – CEE / MT; Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT; Pastoral da Criança; Serviço Social da Indústria – SESI / DR / MT; Serviço Nacional do Comércio – SENAC / DR / MT; Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP / MT; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Central Única dos Trabalhadores – CUT / MT; Pólos Regionais das Escolas Públicas Estaduais de EJA; União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

Assim, ao conceber as políticas de EJA estão imersas em um campo estruturado e hierarquizado que envolve disputas por posições entre os agentes que querem mantê-la e aqueles que buscam assumir novas posições, esse trabalho tem como perspectiva indicar o papel das instituições envolvidas na busca de direitos sócio-educacionais em Mato Grosso.

O Fórum Estadual Permanente de Debates de Educação de Jovens e Adultos é uma importante conquista dos educadores mato-grossense, que estimula às discussões sobre temas pertinentes à Educação de Jovens e Adultos, servindo para aproximar e cooperar com as diversas Instituições e organismos que oferecem e são beneficiários da EJA.

Em relatório de 2009, a SEDUC explicita que dos 16 Fóruns Regionais constituídos em todo estado de Mato Grosso, “14 (quatorze) realizaram Encontros Regionais, e dos 2 (dois) Fóruns Regionais constituídos e não instalados houve a permissão da participação de representantes do Fórum Regional” dos municípios de Jaciara e Rondonópolis. O quadro abaixo mostra o número de participantes efetivado nestes campos de debate:

FÓRUM REGIONAL	PARTICIPAÇÃO
----------------	--------------

Água Boa	50
Baixada Cuiabana	206
Barra do Garças	112
Confresa	56
Comodoro	40
Jaciara	07
Juina	73
Juara	110
Matupá	15
Nova Mutum	200
Pontes e Lacerda	106
Rondonópolis	102
Sinop	100
São Felix do Araguaia	50
Tangara da Serra	40

Quadro 02: número de participantes nos fóruns regionais em Mato Grosso
Fonte: SEDUC, 2009.

Em um total de 1.321 participantes, o estado contou com representantes dos principais municípios mato-grossenses. A Baixada Cuiabana contou com a maior representatividade, 206 participantes, seguida do município de Nova Mutum com 200 e o número menor de delegados foi de Jaciara, 07 participantes.

Em Mato Grosso, o Fórum vem conquistando novos adeptos e já se consolidou como entidade que não tem poupado esforços na busca da melhoria da qualidade, construção e fortalecimento da identidade da escola de Educação de Jovens e Adultos, definindo encaminhamentos e propiciando intervenções necessárias à consecução de seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Estadual Permanente de Debates de Educação de Jovens e Adultos vem conquistando novos adeptos e já se consolidou como entidade que não tem poupado esforços na busca da melhoria da qualidade, construção e fortalecimento da identidade da escola de Educação de Jovens e Adultos, definindo encaminhamentos e propiciando intervenções necessárias à consecução de seus objetivos. O propósito do Fórum consiste em apresentar sugestões que auxiliem os interessados a envidar esforços para alcance de uma de suas metas e para o fortalecimento dos acordos do Fórum Mundial, bem como, no âmbito do Estado, revitalizar a troca de experiências de EJA.

O desafio posto para os Fóruns estaduais e regionais é de socializar todas as concepções de EJA proposta e vivenciada pelos movimentos sociais, para que a partir daí desencadeie mobilizações reivindicando a erradicação do analfabetismo. Para isso é necessário que concentre todas as informações em termos de dados, projetos e valores, propondo parceria com o Programa Brasil Alfabetizado do MEC para que torne mais acessível, com metas mais ousadas, com a contrapartida do Estado de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez & FERNANDES, Bernardo Mancano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. **Coleção por uma Educação Básica do Campo**, n 02.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº. 11/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional – LDB**. Centro de documentação do Congresso Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFITEA)**. Brasília: MEC; Goiânia:FUNAPE/UFG, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Win%208/Desktop/confitea_6_secadi.pdf>. Acesso em: 15/06/2014.

BOURDIEU, Pierre. Campo de Poder, campo intelectual e habitus de classe. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2004, 183-202.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, Ed. UNESP, 2004b, p. 17-70.

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro, NOMA, Amélia Kimiko. Reparação da dívida social da exclusão: uma função da educação de jovens e adultos no Brasil? **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. Especial, p 225-237, mai. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art14_33esp.pdf>. Acesso em: 10/06/2014.

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. 2000. 314 f. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil. In.: **Educação e Sociedade**. v. 26, n. 92, out 2005.

DUARTE, Cláudia Costa. O movimento dos fóruns de EJA: história de construção coletiva da política pública de EJA. In: **Anais...I Congresso Internacional Cátedra da UNESCO da Educação de Jovens e Adultos**, 2013. Disponível em: <<http://www.catedraunescoej.org/GT08/COM/COM015.pdf>>. Acesso em: 10/06/2014.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo, Ed. Cortez, 2009. – (Coleção Questões da Nossa Época; V. 5).

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 10/06/2014.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso. *Revista da ANPOLL*, São Paulo: v.19, p.151 - 184, 2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/shgr003.pdf>>. Acesso em: 16/06/2014. □

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais**. Cuiabá: Defanti, 2010. 308p

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE nº. 177/2002. **Programa da Educação de Jovens e Adultos**. Cuiabá: SEDUC/MT, 2002.

_____. **Fórum Permanente de Debates de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: FPDEJA, 2009. Disponível em: <http://forumeja.org.br/mt/sites/forumeja.org.br/mt/files/hist%C3%B3rico%20eja%20mt.pdf>, Acesso em: 11/07/2014.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: direitos, concepções e sentidos** / Jane Paiva. - 2005. 480f

PAIVA, Jane, MACHADO, Maria M, IRELAND, Timothy (orgs) **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea**, (1996-2004). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.

_____. **Educação de Jovens e Adultos: movimentos pela consolidação de direitos**. Revista eletrônica REVEJA. Revista de Educação de Jovens e Adultos. 2007.

_____. et al. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea**, 1996-2004. Brasília: UNESCO/MEC, 2004.

AÇÃO EDUCATIVA. **Carta de Cuiabá**. Boletim Informação em Rede. Nº 59, 2003.
Disponível em:
http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/doc_eneja_cuiaba_2003.pdf , Acesso em:
11/07/2014.